

**AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA**



Contragreformas e o Sistema da Dívida

Maria Lucia Fattorelli

DEPOIMENTO À CPI MISTA SOBRE A REFORMA DA PREVIDÊNCIA
Brasília, 29 de maio de 2017

CONTRIBUIÇÕES DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA À CPI DA PREVIDÊNCIA

- ✓ AVALANCHE DE REFORMAS
- ✓ ARGUMENTOS INSUSTENTÁVEIS
- ✓ O QUE ESTÁ POR TRÁS DAS CONTRARREFORMAS:
 - SACRIFÍCIO SOCIAL PARA CUMPRIR A EC 95, O AJUSTE FISCAL
- ✓ PRIVILÉGIOS FINANCEIROS:
 - **DESTINAR MAIS RECURSOS PARA A DÍVIDA PÚBLICA**
 - RESGATAR DOCUMENTOS DA CPI DA DÍVIDA (2009/2010)
 - AUMENTAR O VOLUME DE NEGÓCIOS DO MERCADO FINANCEIRO:
 - PLANOS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
 - FUNDOS DE PENSÃO DE NATUREZA ABERTA

CONJUNTURA

✓ CORRUPÇÃO GENERALIZADA

✓ CRISE FISCAL

✓ AVALANCHE DE REFORMAS

- CONEXÃO
- JUSTIFICATIVA: AJUSTE FISCAL
- MAIS RECURSOS PARA A DÍVIDA PÚBLICA

CRISE FISCAL PROVOCADA PELA POLÍTICA MONETÁRIA SUICIDA

Sob a justificativa de controlar a inflação, o BC pratica:

✓ **TAXAS DE JUROS MAIS ELEVADAS DO MUNDO**

Juros altos não servem para controlar o tipo de inflação que existe no Brasil, mas são o principal fator de crescimento da dívida pública e travam a economia do país

✓ **RESTRIÇÃO DA BASE MONETÁRIA**

- OPERAÇÕES COMPROMISSADAS (R\$1,1 trilhão)
- SWAP CAMBIAL (ilegal, conforme TC-012.015/2003-0)

"O Banco Central está suicidando o Brasil"

<http://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/artigos/o-banco-central-esta-suicidando-o-brasil-dh5s162swds5080e0d20jsmpc>

O problema fiscal está nos gastos com os mecanismos que geram dívida

- **Elevadíssimas taxas de juros**: praticadas sem justificativa técnica, jurídica, econômica ou política, configurando-se uma transferência de renda e receita ao setor financeiro privado;
- A ilegal prática do **anatocismo**: incidência contínua de juros sobre juros, que promove a multiplicação da dívida por ela mesma;
- A irregular **contabilização de juros como se fosse amortização** da dívida, burlando-se o artigo 167, III, da Constituição Federal
- As escandalosas operações de **swap cambial** realizadas pelo Banco Central, que correspondem à garantia do risco de variação do dólar paga pelo BC principalmente aos bancos e a grandes empresas nacionais e estrangeiras, provocando prejuízo de centenas de bilhões em 2014/2015;
- **Remuneração da sobra do caixa dos bancos** por meio das “operações compromissadas”, realizadas pelo BC com os bancos, sem a devida transparência, que já atingem R\$1,1 trilhão em 2017. Estima-se gasto de pelo menos R\$200 bilhões em 2015.

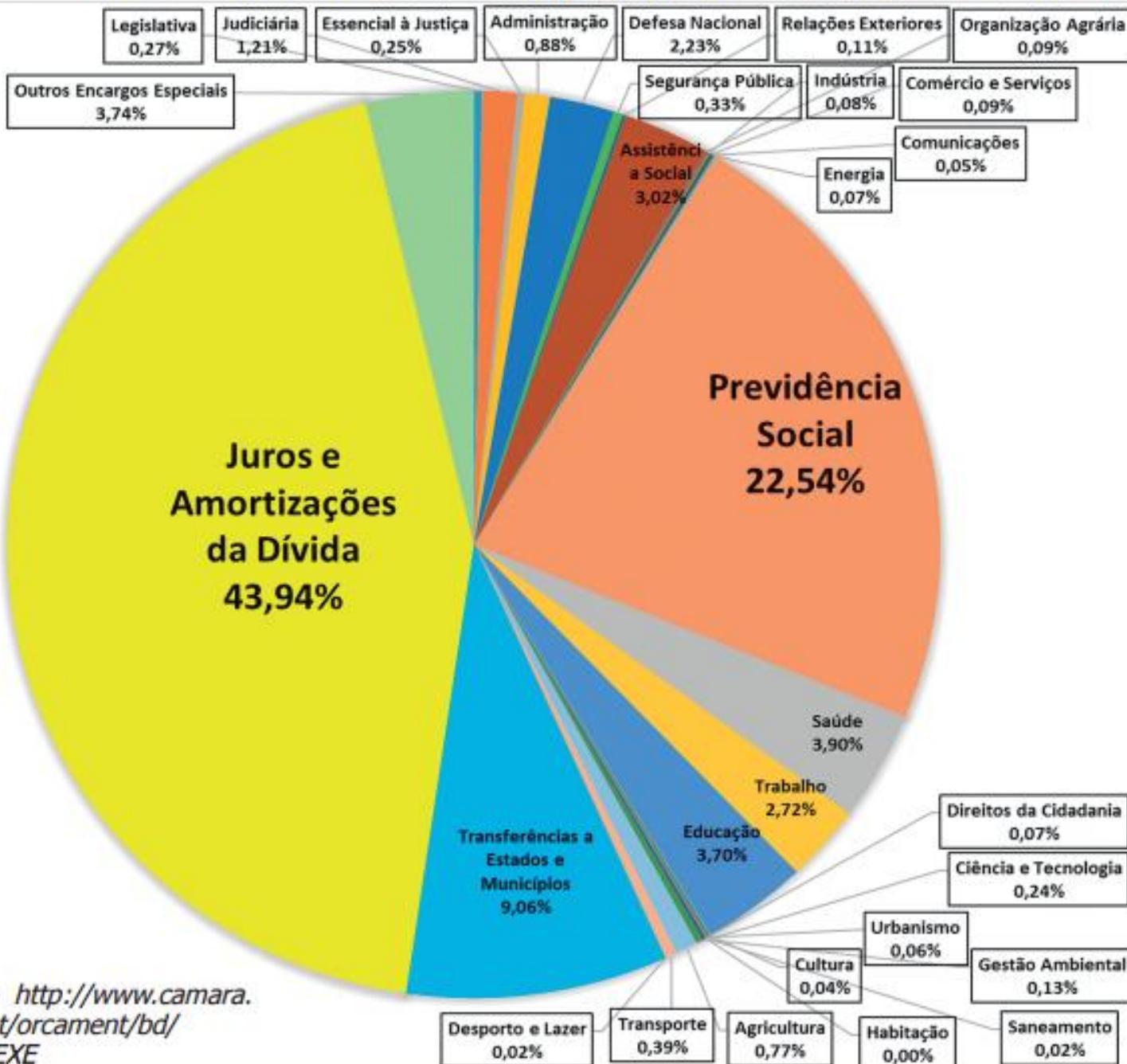
Sugestões da ACD ao TCU sobre Dívida Interna (Janeiro/2017)

<https://goo.gl/1KsT7h>

Crise Fiscal tem sido a justificativa para projetos que cortam direitos sociais para destinar recursos para a dívida

- **EC 95** (PEC 55 ou 241): congela por 20 anos as despesas **primárias** para destinar recursos para a **dívida** e para **empresas estatais não dependentes** (goo.gl/YmMe8m e <https://goo.gl/B2L1pT>)
- **PLP 343/2017** (257/2016, PL 54 no Senado): desmonte do estado brasileiro para servir ao pagamento da dívida (<http://goo.gl/yCCpue>)
- **EC 93** (PEC 143/2015 e 31/2016): aumento da DRU para 30% e criação da DREM, representam a morte do SUS (<http://goo.gl/3X9LVf>)
- **PEC 287/2016 contrarreforma da Previdência**: aumenta idade para aposentadoria e subtrai direitos (<http://goo.gl/uu90pc>)
- **Reforma Administrativa: Lei 13341/2016**
- **PRIVATIZAÇÕES: LEI 13334/2016**

Orçamento Geral da União 2016 Executado (pago) Total = R\$ 2,572 TRILHÕES



Fonte: SIAFI - <http://www.camara.gov.br/internet/orcamento/bd/exe2016mdb.EXE>

EC 95: Teto somente para as Despesas Primárias, deixando livres os gastos com a Dívida e o favorecimento a esquema financeiro fraudulento

“ § 6º Não se incluem na base de cálculo e nos limites estabelecidos neste artigo:

(...)

IV - despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes.”

Esquema financeiro ilegal rouba o Estado, lesa a sociedade e transfere a conta para o trabalhador

NÃO aos projetos PLP 181/2015 e PL 3337/2015 e ao PLS 204/2016

O Congresso Nacional está para votar, com urgência, um verdadeiro escândalo:

A mesma proposta de emenda constitucional **PEC 241/2016**, que insere no texto da Constituição Federal o congelamento de gastos e investimentos sociais por até 20 anos, **garante recursos para “empresas estatais não dependentes”**. Assim, a PEC 241 privilegia a destinação de recursos para esse esquema financeiro ilegal enquanto sacrifica a saúde, a educação, a assistência, a segurança e todos os demais gastos e investimentos sociais. Os projetos de lei **PLS 204/2016, PLP 181/2015 e PL 3337/2015** visam “legalizar” esse esquema.

NEGÓCIO ILEGAL

EXAME.COM NEGÓCIOS MERCADOS ECONOMIA BRASIL MUNDO TECNOLOGIA CARREIRA SEU DINHEIRO

ECONOMIA

14/07/2016 18:12

Meirelles fala com TCU sobre securitização da dívida ativa

[f Recomende](#) [t](#) [g+](#) [in](#)

809 views 3 Salvar notícia

Reuters/Ueslei Marcelino



"Estamos propondo, no caso da União, é que se adotem características muito claras, de que não há nenhuma obrigação da União em relação aos créditos que serão cedidos, deixando muito claro que não há uma dívida da União em relação à venda dessas securitizações e que isso não venha a ser considerado conceito de operação de crédito", destacou.

TRECHOS DO RELATÓRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS TC 016.585/2009-0 CONDENAM EXPRESSAMENTE ESSE TIPO DE NEGÓCIO:

■ "Trata-se, portanto, de desenho que apresenta em sua essência a mesma estrutura adotada pelos entes que optaram por criar uma empresa pública emissora de debêntures lastreadas em créditos tributários, por meio da qual o ente federado obtém do mercado uma antecipação de receitas que serão auferidas somente no futuro e que, quando o forem, serão destinadas ao pagamento dos credores, numa nítida e clara, ao ver do Ministério Público de Contas, operação de crédito, conforme o conceito amplo adotado no artigo 29, III, da LRF."

■ "Arrumaram um subterfúgio ilegal com aparência legal para antecipação de receita e burlar a LRF - que pressupõe a ação planejada e transparen-

X

PEC 287/2016

- **DESMONTE DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL:** quebra do princípio da solidariedade e da responsabilidade do Estado
- **PROTEÇÃO AOS FUNDOS FINANCEIROS:** planos individuais de previdência privada e fundos de previdência de natureza aberta, sujeitos ao comportamento do mercado financeiro
- **ARGUMENTOS INSUSTENTÁVEIS:** A mentira do “déficit”; O povo está vivendo mais; Mulheres não precisam ter tratamento diferenciado; A Previdência é o maior item do gasto público no Brasil
- **PROPAGANDA ABUSIVA** fere art. 37, § 1º da Constituição Federal, que limita a publicidade a peças de caráter educativo, informativo ou de orientação social. Entidades impetraram Ação Popular.

PEC 287: Abusos trarão graves consequências

1. Fim da aposentadoria por idade;
2. Exigência de idade mínima para aposentadoria a partir dos 65 (sessenta e cinco) anos para homens e 62 para mulheres;
3. 40 (quarenta) anos de contribuição para aposentadoria integral;
4. Redução do valor geral das aposentadorias;
5. Precarização da aposentadoria do trabalhador rural;
6. Exclui as regras de transição vigentes;
7. Impede a cumulação de aposentadoria e pensão por morte quando esse, somados, ultrapassarem 2 salários mínimos;
8. Elevação da idade para o recebimento do benefício assistencial (LOAS) para 68 anos de idade;
9. Regras inalcançáveis para a aposentadoria dos trabalhadores expostos a agentes insalubres;
10. Fim da aposentadoria especial dos professores

Brasil: argumentos do governo

“Meirelles: crescimento do País no próximo ano depende da reforma da Previdência”
(25/4/2017 – Portal Planalto)

“Meirelles diz que queda da inflação mostra efeitos do ajuste fiscal” (10/5/2017 –
Agencia Brasil)

“Meirelles: sem reforma da Previdência, juros vão subir fortemente” (17/4/2017 –
Portal Brasil)

“Meirelles disse que a reforma da Previdência reduzirá a dívida pública, abrindo
caminho para a queda dos juros e criando condições para o país voltar a crescer”
(14/3/2017 – Agência Brasil)

**Meirelles defende a PEC 287 como se essa fosse a solução para a
inflação, controle da dívida, juros, crescimento do PIB, mas na
realidade... É a solução para o setor financeiro que NECESSITA DE
FUNDOS FINANCEIROS PARA DESTINAR OS PAPEIS SEM LASTRO**

Argumento do governo: A Mentira do “Déficit”

- O “déficit” é fabricado por meio de conta distorcida que afronta a CF.
- O governo compara apenas a receita do INSS e não considera todas as fontes de recursos da Seguridade Social (COFINS, CSLL, PIS, PASEP, contribuições sobre loterias, importações etc.).
- Quando computadas todas as fontes de recursos, sobram dezenas de bilhões de reais todo ano!
- A DRU absorve 30% dos recursos da Seguridade Social.
- Se existisse déficit, que recursos haveriam para desvincular?

Superávit da Seguridade Social	
Ano	Sobra de recursos (bilhões de reais)
2005	72,7
2010	53,9
2011	76,1
2012	82,8
2013	76,4
2014	55,7
2015	11,7

Fonte: ANFIP

A Mentira do “déficit” da Seguridade Social

Governo alega que a Seguridade Social teve um “déficit” de R\$ 257 bilhões em 2016, mas quando calcula o resultado da Seguridade Social:

- Desconsidera receitas da Seguridade Social desvinculadas pela DRU (Desvinculação das Receitas da União)
- Desconsidera receitas perdidas com a desoneração da folha de pagamentos, esquecendo-se que, conforme o disposto na Lei 12.546/2011, art. 9º (inciso IV), a União deve compensar o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) da renúncia previdenciária decorrente da desoneração da Folha de Pagamento, de forma a não afetar a apuração do resultado financeiro do RGPSS
- Inclui nas despesas da Seguridade Social os benefícios dos Regime Próprios dos servidores, ignorando que o acima citado art. 201 diz que a Previdência (inserida na Seguridade Social) “será organizada sob a forma de regime geral”.

Renúncias Fiscais da Seguridade Social

TABELA 10

ARRECADAÇÃO, RECEITAS DE PARCELAMENTOS, JUROS, MULTAS,
DÍVIDA ATIVA E RENÚNCIAS DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COFINS, PIS, CSLL;
2005, 2008, 2010 E 2012 A 2015

Valores correntes, em R\$ milhões

	2005	2008	2010	2012	2013	2014	2015
Principal	130.702	189.387	223.556	267.471	300.238	304.390	309.361
Principal - Parcelamento	2.076	1.035	287	9.115	2.387	2.181	1.122
Juros e multas - Principal	2.148	1.433	1.545	1.679	1.799	1.586	1.664
Juros e Multas - Parcelamento	1.737	153	39	465	202	195	94
Dívida Ativa	241	1.027	610	1.598	7.127	1.335	663
Dívida Ativa - Parcelamentos	268	220	45	5.783	1.005	972	467
Dívida Ativa - Juros e Multas	283	139	59	226	183	167	96
Dívida Ativa - Juros e Multas - Parc.	458	33	7	276	79	59	29
Soma da receita realizada	137.913	193.426	226.148	286.609	313.020	310.884	313.495
Renúncias	8.750	33.888	43.421	60.212	74.684	81.044	87.792
Soma receita parcelamentos	4.538	1.440	379	15.639	3.673	3.407	1.711
Renúncias (% da receita realizada)	6,3	17,5	21,2	21,0	23,9	26,1	28,0
Soma da receita realizada (% PIB)	6,4	6,2	5,8	6,0	5,9	5,5	5,3
Soma receitas + renúncias (% do PIB)	6,8	7,3	7,1	7,2	7,3	6,9	6,8

Fonte: Para a arrecadação: Siga Brasil. Para as renúncias: Relatório de Gastos Tributários da RFB, para 2005 e Demonstrativo dos Gastos Tributários Estimativas Bases Efetivas, diversas edições, sempre o dado mais recente para cada exercício.

Organização: ANFIP e Fundação ANFIP.

Na crise econômica (a partir de 2008), ao invés de reduzir os juros, auditar a dívida pública e aumentar os gastos sociais, os governos preferiram desonerasar contribuições para a Seguridade Social.

Agora, se utilizam da queda na arrecadação (decorrente da crise e das desonerações) para propalar um suposto déficit para justificar a reforma.

Dívida de empresas com a Previdência Social

As 20 empresas que mais devem para a Previdência Social (em milhões de reais)

1 ^a	Varig	3.713
2 ^a	JBS	1.837
3 ^a	Vasp	1.683
4 ^a	Associação Educacional Luterana do Brasil	1.582
5 ^a	Banco Comercial Bancesa	1.418
6 ^a	Transbrasil Linhas Aéreas	1.219
7 ^a	Marfrig	811
8 ^a	Instituto Candango de Solidariedade	700
9 ^a	Instituto Presbiteriano Mackenzie	648
10 ^a	Águas e esgotos do Piauí	585
11 ^a	Prefeitura Municipal de Guarulhos	564
12 ^a	Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural	550
13 ^a	Prefeitura Municipal de São Paulo	549
14 ^a	Caixa Econômica Federal	549
15 ^a	Teka (em recuperação)	531
16 ^a	Dedini (em recuperação)	500
17 ^a	Gazeta Mercantil	484
18 ^a	Eucatur	480
19 ^a	Companhia de Saneamento Ambiental do Mar	475
20 ^a	Banco Bradesco	465

**Total:
R\$ 426 bilhões**

Quadro obtido em
<http://reporterbrasil.org.br/2017/02/reforma-da-previdencia-ignora-r-426-bilhoes-devidos-por-empresas-ao-inss/>

Argumento do governo: “O povo está vivendo mais”

A longevidade da população não é problema. O problema está no desemprego recorde e sub emprego. COFECON comprovou erros graves no cálculo atuarial do governo.



23,4 % da população ativa vive com menos de 1 salário mínimo.

Correio Braziliense de 12/07/2016

PEA - Brasil 2016

Raio x

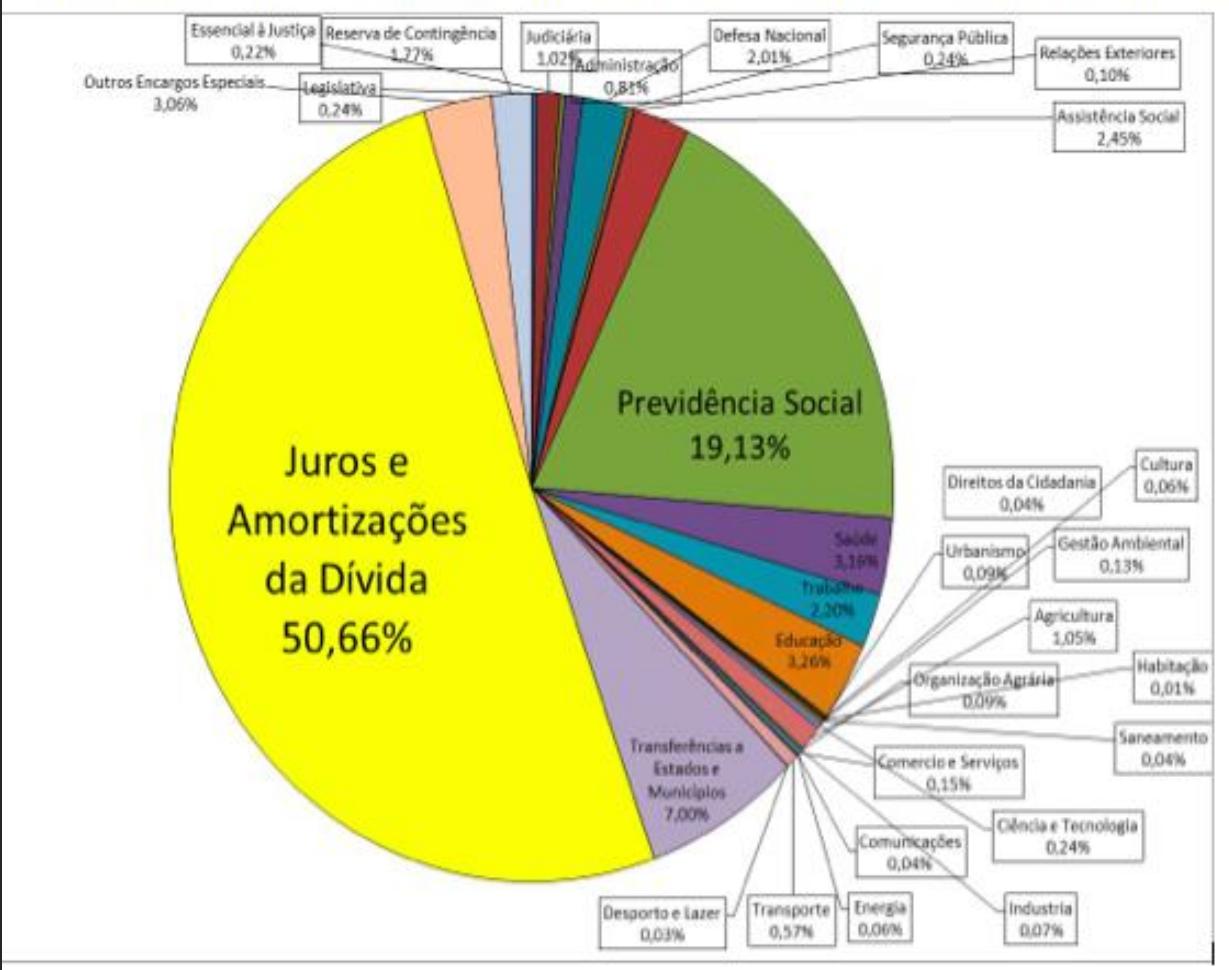
	TOTAL NO TRIM. ATÉ AGOSTO (EM MILHÕES)	VARIAÇÃO (ANTEJUN/JUL/ AGO 2015)
População		
Em idade de trabalhar	166,441	2.038 milhões
Na força de trabalho	102,161	1.230 milhão
Ocupada	90,137	-1.991 milhão
Desocupada	12.024	3.220 milhões
Fora da força de trabalho	64,280	809 mil
Posição na ocupação		
Empregado no setor privado		
Com carteira	34.176	-1.363 milhão
Sem carteira	10.204	122 mil
Trabalhador doméstico	6.122	84 mil
Empregado no setor público	11.361	-195 mil
Empregador	3.946	-111 mil
Conta própria	22.235	86 mil
Trabalhador familiar auxiliar	2.093	-614 mil

ESTADÃO 11/10/16

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

O que está por trás da Reforma da Previdência?

Orçamento Geral da União (Projetado para 2017) Total = R\$ 3,399 trilhões



- Reduzir **Despesas Primárias**, tal como previsto na EC 95 (PEC 55 ou 241/2016)
- Aumentar as **Despesas não Primárias**, que são os gastos financeiros com a dívida pública
- Aumentar o volume de negócios do mercado financeiro

A Previdência é o foco primordial do mercado financeiro

Qual tem sido o papel da dívida pública?

Historicamente, não tem funcionado como instrumento de financiamento:

- “dívida” herdada de Portugal: o dinheiro nunca chegou aqui
- Auditoria feita por Getúlio Vargas provou que apenas 40% do estoque estava documentado por contratos
- Década de 70: contratos disponibilizados à CPI (2009/2010) não comprovam nem 20% da evolução do estoque da dívida externa com bancos privados internacionais nessa fase da Ditadura Militar
- Década de 80: dívidas do setor privado (nacional e internacional instalado no país) foram transferidas a cargo do Banco Central do Brasil
- 1992: Suspeita de prescrição
- 1994: Plano Brady em Luxemburgo
- Utilização dos títulos Brady como moeda para comprar empresas privatizadas
- Trocas sucessivas e transformações de dívida externa em interna
- Juros elevadíssimos e mecanismos financeiros que geram dívida remuneração sobre caixa dos bancos, *swap* cambial, contabilização de juros como se fosse amortização, anatocismo, prejuízos do Banco Central...

CPI DA DÍVIDA – CÂMARA DOS DEPUTADOS

- Criada em Dez/2008 e Instalada em Ago/2009, por iniciativa do Dep Ivan Valente (PSOL/SP)
- Concluída em 11 de maio de 2010
- **Identificação de graves indícios de ilegalidade da dívida pública**
- Relatórios (oficial e alternativo) entregues ao Ministério Público Federal em maio/2010

Procedimentos Administrativos nº

1.00.000.005612/2010-13

1.00.000.003703/2012-86

- Análises Técnicas ACD <http://www.auditoriacidada.org.br/blog/2016/08/15/documentos-da-cpi-da-dvida-publica-20092010/>

Dados oficiais comprovam que a Dívida Interna é resultado dos juros sobre juros

TABELA 5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (DLSP) - FATORES CONDICIONANTES (R\$ BILHÕES)

Discriminação	dez/95	dez/96	dez/97	dez/98	dez/99	dez/00	dez/01	dez/02	dez/03	dez/04	dez/05	dez/06	dez/07	dez/08	jul/09	TOTAL
Dívida líquida total - saldo	208,5	269,2	308,4	385,9	516,6	563,2	680,1	896,1	933,6	982,0	1.035,3	1.112,7	1.200,8	1.153,6	1.283,4	-
Dívida líquida - var.ac.ano	-	60,7	39,2	77,4	130,7	46,6	116,9	216,0	37,5	48,3	53,3	77,4	88,1	-47,2	129,8	1.075
Fatores condicionantes:	-	60,7	39,2	77,4	130,7	46,6	116,9	216,0	37,5	48,3	53,3	77,4	88,1	-47,2	129,8	1.075
NFSP	-	45,0	51,6	68,2	56,3	39,8	42,8	65,3	87,2	54,1	72,6	83,9	71,5	57,2	56,7	852
Primário Juros nominais	-	0,7	8,3	-0,1	-31,1	-38,2	-44,0	-47,4	-56,8	-73,8	-84,4	-76,8	-89,7	-106,4	-38,4	-678
Ajuste cambial	-	1,5	4,1	6,9	69,4	18,3	30,9	148,0	-66,1	-18,0	-20,0	-6,9	21,0	-77,4	61,2	172
Dívida interna indexada ao câmbio	-	1,0	1,6	4,3	39,9	9,5	19,2	76,7	-22,7	-3,3	-4,6	-2,2	-2,4	3,2	-2,7	117
Dívida externa – metodológico	-	0,5	2,5	2,6	29,5	8,9	11,7	71,3	-43,4	-14,7	-16,0	-4,7	23,4	-80,6	63,9	55
Dívida externa - outros ajustes	-	-0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	-0,4	-0,3	15,8	6,5	-1,1	2,8	-2,5	-26,4	12,9	7
Reconhecimento de dívidas	-	15,2	-0,2	15,2	14,0	8,7	44,6	6,7	0,6	6,5	3,3	-0,4	-0,6	0,1	0,6	114
Privatizações	-	-0,7	-16,3	-12,9	-9,0	-20,2	-1,0	-3,6	0,0	-0,8	-1,0	-2,0	-1,3	-0,8	-1,6	-71
Memo:																
PIB doze meses																
- valorizado	745,1	876,3	968,9	991,0	1.160,0	1.236,5	1.364,4	1.745,8	1.744,1	2.036,8	2.157,4	2.424,6	2.736,8	2.971,0	2.913,0	-

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração:
STN/COGEP/GEPED

INCONSTITUCIONALIDADES
DENUNCIADAS
PELA CPI DA DÍVIDA
PÚBLICA

JUROS
MASCARADOS DE
AMORTIZAÇÃO

CRESCIMENTO
EXPONENCIAL DA
DÍVIDA

FERE O ART. 167, III,
DA CONSTITUIÇÃO

PEC 55 burla esse
dispositivo

<https://goo.gl/7sPvEB>

CONTABILIZAÇÃO DE JUROS COMO SE FOSSE AMORTIZAÇÃO

Gráfico 01

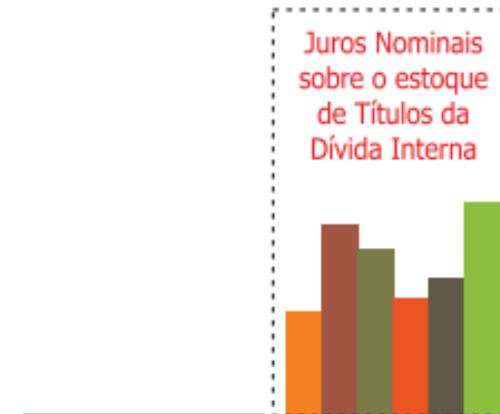
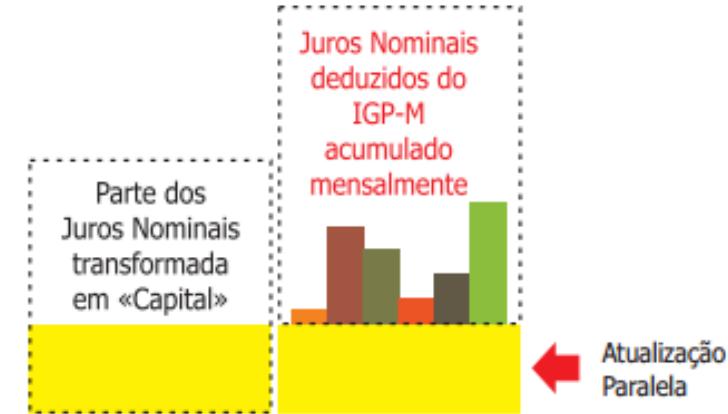


Gráfico 02



É evidente a contabilização de juros como se fosse amortização



SENADO
FEDERAL

LOA 2015 - Execução Orçamentária por Grupo Natureza de Despesa - GND

R\$ 1,00

GND (Cod)	GND	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	RP Pago
1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	256,867,677,140	257,837,607,881	256,456,644,167	255,479,446,116	255,070,795,692	1,645,035,549
2	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	225,248,120,644	277,346,405,644	208,362,864,733	208,362,694,170	208,360,341,749	2,337,996
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1,050,758,938,966	1,111,191,402,786	1,053,588,658,346	1,012,931,592,067	980,422,529,557	81,601,000,665
4	INVESTIMENTOS	83,090,584,204	80,424,536,525	37,573,716,610	13,315,686,433	9,640,124,166	29,310,085,541
5	INVERSOES FINANCEIRAS	93,287,423,376	95,655,404,099	72,191,791,798	60,286,986,079	60,254,317,093	8,993,134,587
6	AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	1,131,350,310,728	1,079,956,861,204	753,868,894,737	753,868,724,050	753,850,049,574	21,073,293
9	RESERVA DE CONTINGENCIA	36,073,892,384	36,073,892,384	0	0	0	0
NÃO APLICÁ VEL	NÃO APLICÁVEL	0	0	0	0	0	0
NÃO INFOR MADO	NÃO INFORMADO	0	0	0	-8,000	0	0
TOTAL		2,876,676,947,442	2,938,486,110,523	2,382,042,570,390	2,304,245,120,916	2,267,598,157,831	121,572,667,632

DÍVIDA INTERNA NÃO ESTÁ SENDO AMORTIZADA NEM ROLADA

Quadro XXXVI – Títulos públicos federais

Fim de período	Responsabilidade										R\$ milhões			
	Tesouro Nacional										Bacen	Total fora do Bacen	% do PIB	
	Títulos emitidos	Carteira do Bacen	Fora do Bacen								NBCE	NBCF	NBCA	
			LTN	LFT	NTN	Dívida securit.	CFT/CTN	TDA	BTN	Total				
2015	Jan	3 204 002	1 066 054	616 444	435 732	1 059 354	6 944	16 638	2 835	0	2 137 948	-	2 137 948	37,5
	Fev	3 298 151	1 084 797	656 252	456 502	1 074 285	6 904	16 605	2 807	0	2 213 355	-	2 213 355	38,7
	Mar	3 441 396	1 124 909	726 854	457 289	1 105 878	6 872	16 815	2 778	0	2 316 487	-	2 316 487	40,3
	Abr	3 451 710	1 117 914	678 712	482 885	1 145 606	6 839	17 025	2 730	0	2 333 796	-	2 333 796	40,4
	Mai	3 484 068	1 112 021	731 811	495 006	1 118 758	6 805	16 946	2 720	0	2 372 046	-	2 372 046	41,0
	Jun	3 585 830	1 123 411	773 981	511 178	1 150 143	6 775	17 658	2 683	0	2 462 419	-	2 462 419	42,4
	Jul	3 586 722	1 111 487	762 064	528 002	1 156 751	6 747	18 999	2 674	0	2 475 235	-	2 475 235	42,5
	Ago	3 691 613	1 139 645	798 201	562 424	1 162 978	6 717	19 019	2 629	0	2 551 968	-	2 551 968	43,7
	Set	3 802 663	1 213 927	811 239	576 417	1 172 570	6 688	19 209	2 612	0	2 588 736	-	2 588 736	44,2
	Out	3 712 379	1 208 329	693 387	590 364	1 188 388	9 142	20 171	2 597	0	2 504 049	-	2 504 049	42,6
	Nov	3 794 401	1 219 142	734 481	603 869	1 205 415	8 868	20 055	2 570	0	2 575 259	-	2 575 259	43,6
	Dez	3 936 681	1 286 515	764 479	626 192	1 229 620	7 693	19 711	2 472	0	2 650 165	-	2 650 165	44,7

DÍVIDA INTERNA CRESCIU 732 BILHÕES em 11 meses de 2015
Qual é a contrapartida dessa dívida?

Evidência revelada pela Auditoria Cidadã “SISTEMA DA DÍVIDA”

- Utilização do endividamento como mecanismo de subtração de recursos e não para o financiamento dos Estados
- Se reproduz internacionalmente e internamente, em âmbito dos estados e municípios: **CRISE EM DIVERSOS ENTES FEDERADOS BRASILEIROS**
- Dívidas sem contrapartida
- Maior beneficiário: Setor financeiro



“Sistema da Dívida”

Como opera

- **Modelo Econômico**
- **Privilégiros Financeiros**
- **Sistema Legal**
- **Sistema Político**
- **Corrupção**
- **Grande Mídia**
- **Organismos Internacionais**



Dominação financeira e graves consequências sociais

PREVIDÊNCIA NAS CARTAS DE INTENÇÃO AO FMI

Carta de Intenção de 06 de janeiro de 1983 - *"elevação da alíquota de contribuição e a maior racionalização da concessão de benefícios".*

“Programa de Modernização e Ajustamento – 1988-89” - “Para o atingimento das metas fiscais do Programa para 1988, foram definidas ainda diversas medidas de ordem prática, incluindo a fixação de limites para o déficit da Previdência Social.”

Memorando de Política Econômica de 13/11/1998 - Espera-se que as reformas administrativa e da previdência social recém aprovadas signifiquem economias de gastos que embora inicialmente pequenas cresçam com o tempo.

Memorando de Política Econômica de 5/7/1999 - *O menor crescimento dos benefícios da previdência social resultará da implementação das emendas constitucionais relativas à reforma da previdência e constantes esforços administrativos nessa área. (...).*

PREVIDÊNCIA NAS CARTAS DE INTENÇÃO AO FMI

Carta de Intenção enviada ao Sr. Horst Köhler, Diretor-Geral do FMI, pelo Ministro da Fazenda, Antônio Palocci e pelo Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, em 28/02/2003: *"Um problema fundamental que o país terá de enfrentar no futuro próximo diz respeito às pensões do setor público. (...) Com este propósito, estão sendo examinadas diversas opções, incluindo o aumento da idade para a aposentadoria, a elevação no número de anos de contribuição que dá direito a uma aposentadoria, assim como uma revisão das regras que regem as pensões. Uma proposta de reforma desenhada de forma a reduzir o déficit da previdência do setor público ao longo do tempo será enviada ao Congresso até a metade do ano."*

Jornal O Globo em 21/4/2017: FMI afirma que Reforma da Previdência é “imperativa” no Brasil

PEC 287 aumentará privilégios dos Bancos

- Bancos lucram com PLANOS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA que não oferecem garantia alguma

mercado

previdência

TÁSSIA KASTNER
DE SÃO PAULO

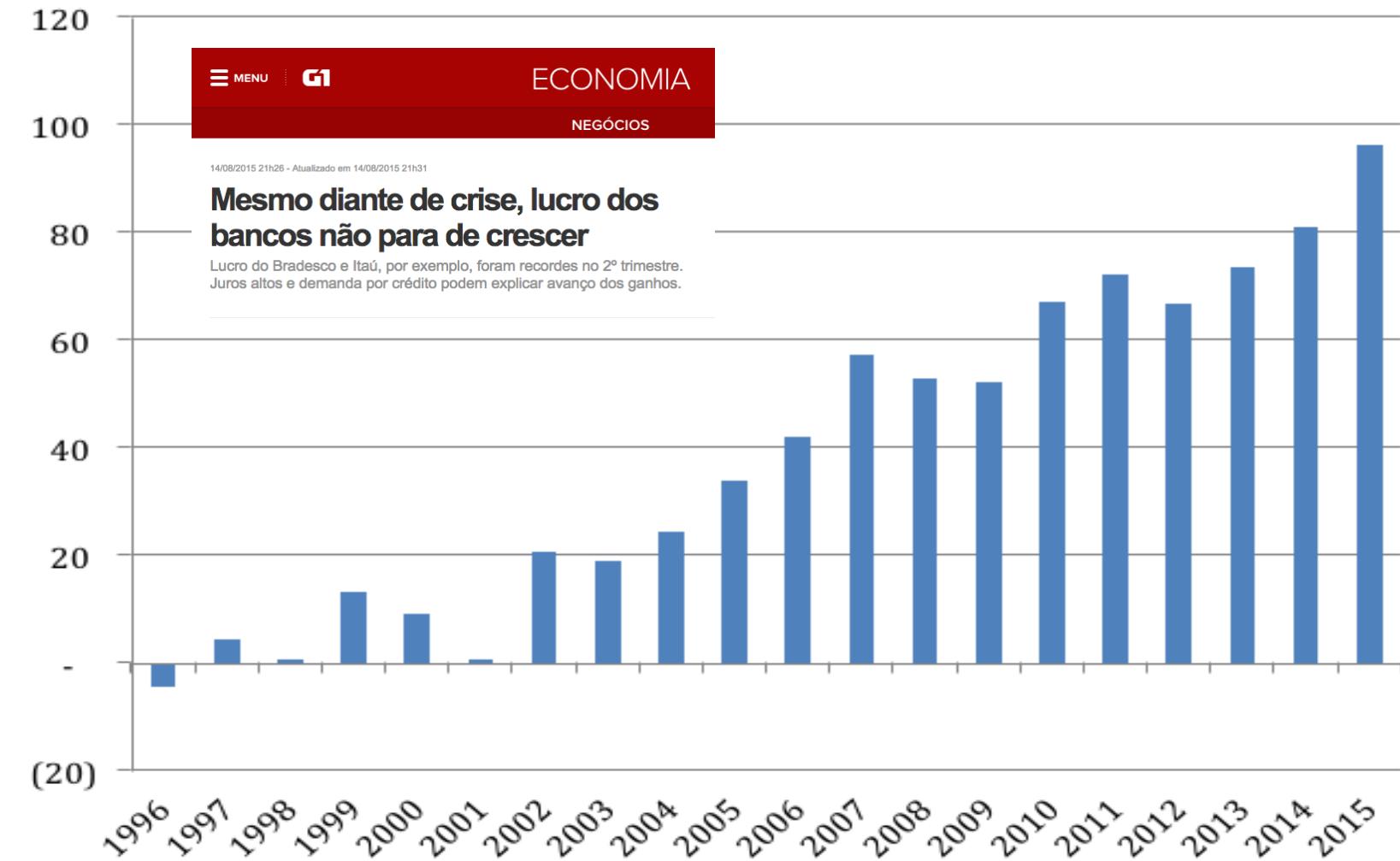
**Procura por planos de previdência
privada aumenta em meio à crise**

12/12/2016 02h00

- Bancos irão administrar os FUNDOS DE PENSÃO DE NATUREZA ABERTA que estados e municípios terão que criar

Quem ganha?

Lucro dos bancos (R\$ bilhões)



Fonte: <http://www4.bcb.gov.br/top50/port/top50.asp>

PARADOXO BRASIL



*Estamos muito
distantes do
Brasil que
queremos*

- **9ª ECONOMIA MUNDIAL**
- **Pior distribuição de renda do mundo** <http://iepecdg.com.br/uploads/artigos/SSRN-id2479685.pdf>
COMPARADO COM [GINI index](#) | [Data](#) | [Table](#)
- **79º no ranking de respeito aos Direitos Humanos – IDH – empatado com a Ilha Granada** (área territorial de 344 km², população estimada em 110 mil habitantes, produz noz-moscada)
- **Penúltimo no ranking da Educação entre 40 países** (Índice Global de Habilidades Cognitivas e Realizações Educacionais)

Por que retirar direitos se o Brasil é tão rico?

9ª Maior Economia Mundial IMENSAS POTENCIALIDADES ABUNDÂNCIA

- Maior reserva de Nióbio do mundo
- Terceira maior reserva de petróleo
- Maior reserva de água potável do mundo
- Maior área agriculturável do mundo
- Riquezas minerais diversas e Terras Raras
- Riquezas biológicas: fauna e flora
- Extensão territorial e mesmo idioma
- Clima favorável, recorde de safra
- Potencial energético, industrial e comercial
- Riqueza humana e cultural
- Reservas Internacionais US\$375 Bi
- R\$ 1,1 Trilhão esterilizados no Bacen
- R\$ 480 bilhões de “sobra” em 2015 e R\$ 268 bilhões em 2016
- Dívida Ecológica histórica
- Potencial de arrecadação tributária

CENÁRIO 2015-2017 ESCASSEZ

CRISES

➤ Econômica seletiva

- Desindustrialização
- Queda da atividade comercial
- Desemprego
- Perdas salariais
- Privatizações
- Encolhimento do PIB

➤ Social

➤ Política

➤ Ambiental

AJUSTE FISCAL e REFORMAS: Corte de investimentos e gastos sociais; aumento de tributos para a classe média e pobre; privatizações e Contrarreformas

CRESCIMENTO ACELERADO DA DÍVIDA PÚBLICA = CRISE FISCAL

O QUE SEPARA A REALIDADE DE ABUNDÂNCIA DO CENÁRIO DE ESCASSEZ

- MODELO ECONÔMICO CONCENTRADOR DE RENDA E RIQUEZA

- ✓ POLÍTICA MONETÁRIA SUICIDA
- ✓ MODELO TRIBUTÁRIO REGRESSIVO
- ✓ SISTEMA DA DÍVIDA
 - Ajuste Fiscal
 - Privatizações
 - **Contrarreformas**
 - Esquemas que geram dívidas

CONJUNTURA DE CRISE JUSTIFICA TUDO?

Classe política manchada

pela corrupção

está

modificando a

Constituição

do país !

PACOTE DE MEDIDAS QUE FAVORECEM BANCOS E SACRIFICAM A SOCIEDADE E A NAÇÃO

CORRUPÇÃO DOMINANTE

JUROS ELEVADÍSSIMOS
MECANISMOS FINANCEIROS GERAM DÍVIDA PÚBLICA
RECORDE DE LUCRO DOS BANCOS

DÍVIDA: impede a vida digna e o atendimento aos direitos humanos

De onde veio toda essa dívida pública?

Quanto tomamos emprestado e quanto já pagamos?

O que realmente devemos?

Quem contraiu tantos empréstimos?

Onde foram aplicados os recursos?

Quem se beneficiou desse endividamento?

Qual a responsabilidade dos credores e organismos internacionais nesse processo?

Somente a AUDITORIA responderá essas questões

AUDITORIA DA DÍVIDA

Prevista na Constituição Federal de 1988

Plebiscito popular ano 2000: mais de seis milhões de votos

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

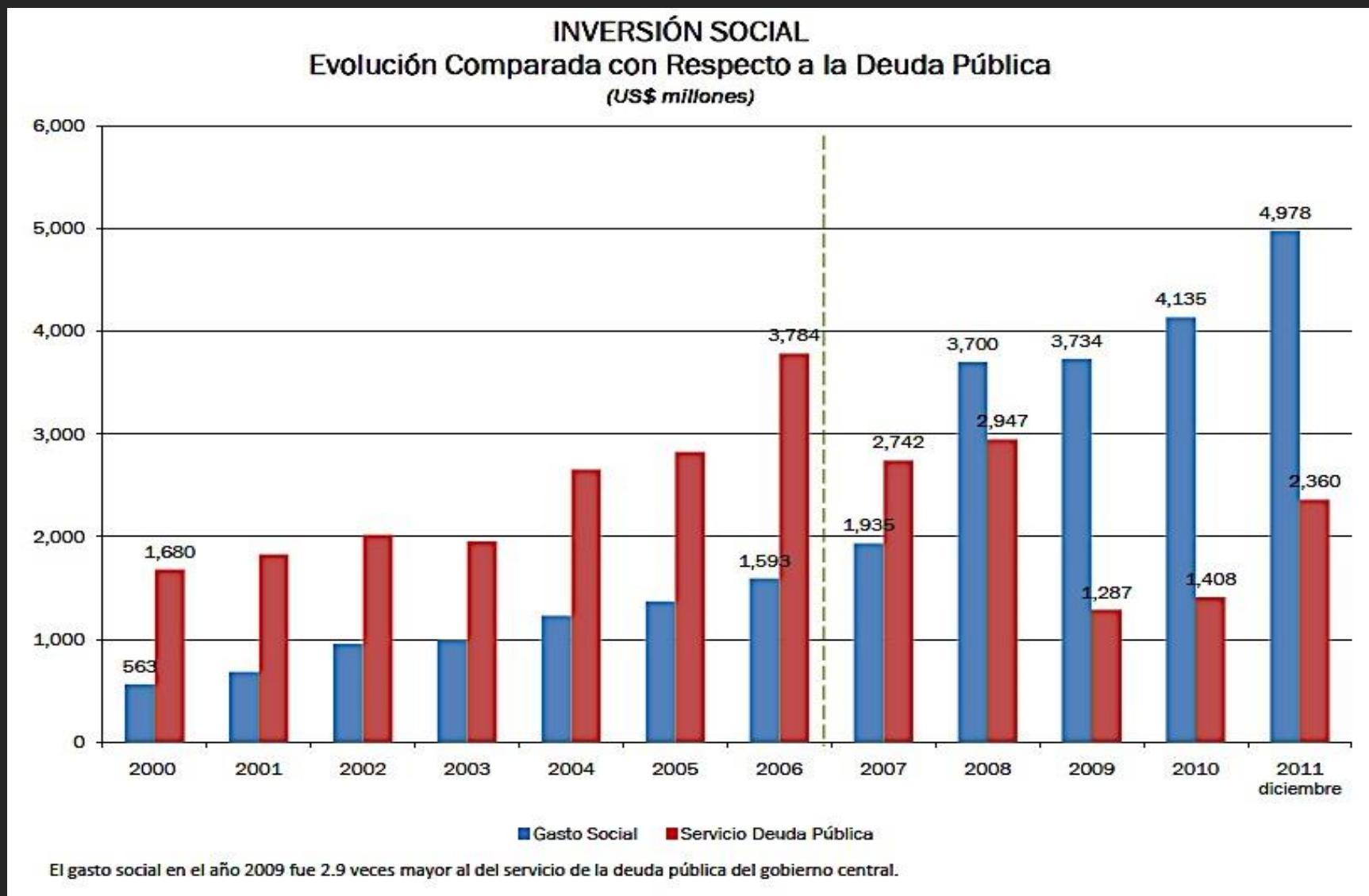
www.auditoriacidada.org.br

CPI da Dívida Pública

Passo importante, mas ainda não significa o cumprimento da Constituição

EQUADOR: MUDANÇA APÓS A AUDITORIA DA DÍVIDA

Brasil: EC 95 IMPEDIRÁ AVANÇO DE INVESTIMENTOS SOCIAIS



REQUERIMENTOS DA ACD À CPI DA PREVIDÊNCIA

- Interromper a tramitação da PEC 287, pois os argumentos apresentados pelo governo para justificá-la são insustentáveis
- Identificar as verdadeiras razões para o rombo das contas públicas, tais como os mecanismos de contabilização de juros como amortização; o swap cambial; as operações compromissadas e, acima de tudo, os juros extorsivos
- Resgatar as investigações feitas pela CPI da Dívida Pública concluída em 2010 na Câmara dos Deputados e avançar, estabelecendo controle sobre os gastos financeiros sigilosos

A apenas 15 quilômetros do Palácio do Planalto, centenas de brasileiros e brasileiras, inclusive idosas e crianças, disputam o lixo de Brasília para sobreviver. Isso é consequência do Sistema da Dívida. É urgente sairmos desse cenário de escassez.



Maria Lucia Fattorelli

www.auditoriacidada.org.br

www.facebook.com/auditoriacidada.pagina